TL6657-2

DEPOIMENTOS E ENTREVISTAS OBTIDAS PELA CDPM NO CENTRO DE REFUGIADOS DO JAMOR (NOVEMBRO 83)

SITUAÇÃO DO CAMPO

O Vale do Jamor foi, nas recentes cheias, um dos muitos locais afectados. Nada haveria a dizer deste facto se não se verificasse uma situação de injustiça e incúria grave, que se agravou: a do campo de refugiados de Timor. Com efeito, desde 1976 que a maioria dos refugiados de Timor Leste tem sido acolhida neste campo. Milhares de refugiados habitaram já as casas pré-fabricadas e as tendas dispostas à beira do Jamor. Hoje em dia são cerca de 500 os mauberes que aí habitam. A grande maioria já conseguiu ir para a Austrália, e alguns, poucos, foram realojados minimamente em habitações.

Os que actualmente vivem no Campo do Jamor sentiram o agravamento de uma situação que já se caracterizava pela existência de esgotos que correm ao ar livre, no que dificilmente se pode chamar "ruas" entre "casas"; pelas más condições de habitação, com a chuva a entrar pelas portas e paredes.

Situação, para alguns, que dura já 8 anos, sem que as entidades competentes lhes proporcionem habitações e estruturas dignas. Agora que águas, lamas e "barracas" pioraram com o último temporal, as famílias ali refugiadas decidiram mais uma vez erguer a voz contra essa injustiça.

Por isso a CDPM exige o fim do Campo do Jamor e o alojamento condigno das famílias que aí habitam.

Por agora pesam só danos materiais, mas a manter-se esta situação, tudo leva a crer que "casas" e vidas sofrerão maiores danos com uma nova intempérie.

A União dos Refugiados Timores enviou entretanto uma exposição ao Primeiro Ministro, sobre a actual situação.

SAIR DE TIMOR

No decorrer do mês de Setembro, chegaram a Lisboa, vindos de Jakarta e sob patrocínio da Cruz Vermelha Internacional, mais algumas dezenas de refugiados timorenses. Para muitos deles, era a conclusão de um longo processo iniciado anos atrás e pontuado por obstáculos de toda a ordem levantados pelas autoridades indonésias.

Em conversa com um dos recém chegados, pudémos reconstituir os passos essenciais do processo de saída. Antigo funcionário da Administração portuguesa em Dili, a sua saída por intermédio de uma organização internacional como a

Cruz Vermelha só foi possível pelo facto de possuir família em Portugal e ter afirmado a continuidade da nacionalidade portuguesa. Com efeito, foram os seus familiares instalados em Portugal quem, em 1979, havia comunicado à Cruz Vermelha o desejo de o receber. O pedido foi transmitido à secção de Jakarta da Cruz Vermelha Internacional, que desencadeou o processo de saída junto das autoridades indonésias. E, logo em Julho desse mesmo ano, o nosso interlocutor foi procurado por agentes da Intel (a polícia política indonésia) que inquiriram da sua disposição de partir para Portugal.

Decorreriam 3 anos. E só em Maio de 1983 lhe foi dada oportunidade de preencher os papéis de saída fornecidos pela Sospol (um departamento indonésio responsável pelos assuntos sociais) - 15 folhas com perguntas que visam informações pormenorizadas sobre a vida e actividades do candidato (incluindo filiação partidária, etc.). O processo transitou então para a KOTIS, a organização policial militar.

Normalmente, um candidato à saída de Timor é forçado a conceder à KOTIS referências detalhadas sobre os familiares que vai deixar no território - o que tem evidentes propósitos intimidatórios e de chantagem relativamente a eventuais futuras actividades do candidato, ou simplesmente às declarações que possa fazer no exterior. Mas esta dificuldade pode ser em parte torneada pelo suborno dos funcionários indonésios. Assim, o nosso interlocutor viu a situação substancialmente facilitada quando se dispôs a pagar alguns milhares de rupias ao funcionário da KOTIS encarregado de despachar o seu processo. Por testemunho de outros refugiados vindos de um modo menos "oficial", o suborno de funcionários indonésios - em Timor ou em Jakarta - é uma prática corrente.

A decisão final sobre os processos de saída é tomada em Jakarta. Mas a sua comunicação ao candidato é feita com uma antecedência mínima: assim se evita a presença de famílias na despedida e se compromete a possibilidade do transporte para o exterior de mensagens ou qualquer outro tipo de informações pessoais directas.

No caso do nosso interlocutor, o aviso de embarque só veio em 10 de Setembro. Entretanto, já a Cruz Vermelha Internacional havia inquirido dos motivos da demora no despacho de um processo iniciado há tanto tempo. Os elementos do grupo em que o nosso interlocutor se integrava foram informados às 7 horas da manhã de que embarcariam para Jakarta às 10 horas do mesmo dia ! E em 12 de Setembro, chegariam finalmente a Lisboa.

"SE NÃO ACREDITAM FAÇAM O FAVOR DE IR LÁ VER"

Desde Dezembro 1975, data da invasão de Timor Leste pela Indonésia, 8 anos passaram. Quisemos saber como viveu estes 8 Natais um refugiado timorense recentemente chegado a um dos campos de refugiados em Portugal.

Para Neobere, o nosso entrevistado, cada mês de Dezembro foi um marco mais numa história de 8 anos de resistência. Para quem ler este depoimento, cada Dezembro será um pequeno exemplo de como vivem os residentes de Timor Leste durante todo o ano, durante 8 anos.

"Em Dezembro de 1975 eu encontrava-me em Tilomar, onde trabalhava. Tilomar é uma aldeia próxima da fronteira, e nessa época não tivémos contacto directo com as tropas indonésias desembarcadas em Dili. O invasor tentou, por diversas vezes e por várias formas, alcançar a nossa região, mas foi sempre rechaçado. Para nós foi um Dezembro de alerta e de preparação apra uma resistência prolongada, mas só mais tarde os indonésios lá conseguiram chegar, com tropas pára-quedistas.

Em Dezembro de 1976, portanto, a situação já era completamente diferente. Nessa altura eu e grande parte da população já não podíamos viver nas nossas casas: foramos obrigados a recuar para o monte Taromane há medida que as tropas invasoras dominavam Tilomar. Como os nossos inimigos utilizavam nessa altura uma política de terra queimada, destruindo bens e culturas, começámos a passar fome. A Fretilin teve de reorganizar a população no monte Taromane, em zonas militarmente protegidas, relançar a agricultura, cuidar do ensino dos jovens, fazer alfabetização e, apesar da falta de auxílio externo, garantir os cuidados mínimos de saúde e sanidade.

Em Dezembro de 1977, a região de Taromane fora fustigada pelas tropas indonésias e eu fui, com outros camaradas, encarregado de evacuar a população.

A pouco e pouco toda a população foi conduzida para a zona de Zumalai, onde mais uma vez foi reinstalada e reorganizada. Passou a ser esse o nosso centro de resistência. Como vêm, cada Dezembro que passava a população que fora de Tilomar tinha que procurar novas zonas de refúgio, novos processos de subsistência; em cada Dezembro nos encontraríamos num local diferente do Dezembro anterior, como quem anda com a casa às costas, só que neste caso, se ficássemos para trás, seríamos capturados, ou mortos, e os nossos bens e culturas eram reduzidos a nada.

A Fretilin tinha de desenvolver um esforço permanente não só na frente de combate mas também para garantir a subsistência, organização, instrução e saúde das populações martirizadas pelo inimigo.

Ainda no final desse ano de 1977 fui incumbido de percorrer diversas zonas

(Centro Norte e Centro Leste) em acções de formação e instrução sanitária, tentando valer a todas as populações mauberes que, perseguidas e dispersas, se encontravam num estado miserável de fome, sem recurssos, e carecendo de orientação para subsistirem e manterem a resistência.

Numa dessas incursões fui capturado pelos indonésios. Em Dezembro de 1978 estava, com cerca de 200 a 300 outros companheiros, numa situação que era, nem mais nem menos, que a de escravos:

Mantidos dentro de um Batalhão indonésio, onde ficávamos ao dispôr de um militar inimigo; éramos nós quem carregava todo o material (mantimentos, munições, água, etc.) durante quilómetros, às vezes sacas com mais de 60 quilos; além de carregadores servíamos de escudos vivos, avançando à frente das tropas indonésias, que assim tentavam evitar o fogo da Fretilin. Estes trabalhos forçados e os maus tratos que o inimigo me dava forçaram-me a recorrer a uma série de expedientes para ser transferido para outro local.

Em Dezembro de 1979 já me encontrava em Dili, onde fiquei trabalhando numa missão, a convite dos padres. Nesse Natal assistia-se em Dili ao desembarque e trânsito contínuos de tropas, material bélico, etc.

Os três Dezembros seguintes passei-os em Dili, até que em Janeiro 1983 consegui uma "Carta de Chamada" - ou seja, fui transferido para Portugal através da Cruz Vermelha Internacional.

Quando saí de Timor as tropas indonésias continuavam a praticar os mesmos crimes, a violar as nossas companheiras, a cometer toda a sorte de barbaridades. O aparato bélico que desfilava em Dili, destinado a esmagar a resistência do nosso povo, era verdadeiramente impressionante - incluindo blindados, armas sofisticadas, aviação avançada e armada com napalm, etc. A polícia política e a ameaça constante de execuções sumárias mantinham-nos em terror constante. Quem sai de Timor Leste para prestar declarações ao resto do mundo tem sempre a temer o extermínio da família que lá deixou.

Como já disse, saí de Timor pouco depois de Dezembro de 1982, trazendo comigo a imagem da minha pátria torturada, saqueada, violada. E quem não acredita em nós, refugiados de Timor que temos a coragem de depôr públicamente, só tem uma coisa a fazer - ir lá ver co mo é".